



APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL: O TERRITÓRIO ECONÔMICO DO IMPERIALISMO COMO DETERMINAÇÃO NA FORMAÇÃO SOCIAL PERIFÉRICA

Rodrigo Massatelli Gonzalez ¹

RESUMO

O presente trabalho se propõe à analisar a relevância da categoria território econômico do imperialismo, na acepção forjada por R. Hilferding que compreende a amplitude do território econômico como fundamental para espraiamento das contradições intestinas ao modo de produção capitalista em seus centros dinâmicos, como determinação nas formações sociais periféricas e suas perspectivas de desenvolvimento. Passa-se em revista algumas contribuições dentro da geografia e economia sobre o tema, à partir do referencial do materialismo histórico, em diálogo com a categoria indicada. Conclui-se, preliminarmente, que a categoria é de relevância para estudos futuros, na compreensão do devir dessas formações sociais em sua relação com os centros dinâmicos de acumulação.

Palavras-chave: Imperialismo; Desenvolvimento, Periferia, Formação Social, Território econômico,

RESUMEN

El presente trabajo se propone analizar la relevancia de la categoría territorio económico del imperialismo, en el sentido forjado por R. Hilferding, quien entiende la amplitud del territorio económico como fundamental para extender las contradicciones internas al modo de producción capitalista en sus centros dinámicos, como una determinación en las formaciones sociales periféricas y sus perspectivas de desarrollo. Se revisan algunas aportaciones de la geografía y la economía sobre el tema, partiendo del referencial del materialismo histórico, en diálogo con la categoría señalada. Se concluye preliminarmente que la categoría es de relevancia para estudios futuros, en la comprensión del futuro de estas formaciones sociales en su relación con los centros dinámicos de acumulación. .

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR rodrigo.gonzalez@unioeste.br



Palabras clave: Imperialismo, Desarrollo, Periferia, Formacion Social, Territorio Economico.

INTRODUÇÃO

A ideia de Imperialismo, por vezes relegada ao esquecimento, vem cada vez mais ganhando relevância no debate público sobre a atual situação de instabilidade mundial, bem como sobre os rumos do desenvolvimento nos países que se encontram na periferia do sistema capitalista (Kvangraven, 2020).

Corroborando com essa avaliação, os recentes desenvolvimentos políticos na América Latina e outros territórios sob hegemonia imperialista tornam ainda mais nítido que a questão do Imperialismo segue sendo um tema de relevância para a reflexão do ponto de vista das ciências humanas em geral e em especial da Geografia. Golpes de estado com apoio e incentivo externos, ressurgimento de uma guerra fria entre potências com possibilidades reais de conflito, invasões militares e desestabilização de governos tendo como motivo principal a exploração de recursos recolocam o tema do Imperialismo, bem como a soberania nacional, em tela no debate público (PRASHAD, 2020).

Apesar do senso comum e muitas vezes até analistas no debate público avaliarem que as dinâmicas internas do desenvolvimento de cada país dizem respeito prioritariamente aos seus elementos endógenos, esta afirmação, que é questionável de um ponto de vista geral, é particularmente equivocada do ponto de vista das formações do capitalismo periférico.

Dentro desse contexto, o presente trabalho pretende realizar apontamentos teóricos preliminares a respeito da relação entre o imperialismo e o desenvolvimento nas formações econômicas subordinadas ao seu território econômico.

Buscaremos, à partir do referencial do materialismo histórico, discorrer sobre o tema de forma à apontar contribuições relevantes da teoria do imperialismo para a compreensão de nosso objeto.



REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Como referencial teórico, o presente trabalho se baseará no materialismo histórico e dialético, a partir das contribuições de Marx, Engels e pensadores dentro da Geografia, Economia e áreas correlatas que analisaram o Capitalismo, desde o patamar mais abstrato, relativo ao modo de produção em geral, ao mais concreto, a análise da formação social (GERMER, 2020).

Inicialmente realizaremos um pequeno resgate da discussão dentro da teoria marxista sobre a questão do Imperialismo e também da formação social. Em seguida, passaremos em revista tópicos importantes a respeito dos fundamentos econômicos da teoria do imperialismo dentro do marxismo, dialogando com algumas interpretações sobre sua atualidade na análise das formações sociais periféricas dentro e fora da geografia. Por fim, apontaremos em caráter preliminar, a partir da discussão realizada, a validade da análise à partir do território econômico do imperialismo para compreensão do desenvolvimento das formações sociais periféricas intestinas ao mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento econômico dentro de uma economia capitalista tem uma orientação fundamental determinada pelas forças produtivas da sociedade em seu desenvolvimento, determinando as relações sociais de produção dessa sociedade (GERMER, 2009). Aqueles que detêm os meios de produção, detêm o controle sobre o excedente e ditam os rumos do desenvolvimento dentro dos limites impostos pela contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

No entanto, como apontava o professor Milton Santos (1977) em sua célebre obra em que inaugura o conceito de Formação Socio-Espacial, os modos de produção em sua forma pura, incluso aí o capitalista, não podem ser encontrados em nenhum lugar sobre o globo terrestre. Isso se dá pelo fato do modo de produção ser uma abstração, um concreto pensado, nas palavras do economista Claus Germer, no qual se reconstituem teoricamente as determinações mais essenciais, mais gerais, desse modo de produção presentes em todas as suas manifestações particulares, abstraindo-se das determinações não essenciais destas últimas.



Daí a afirmação do professor Milton de que as manifestações mais concretas do modo de produção, as formações econômicas de cada sociedade (ou formações econômico-sociais na tradução mais corrente) não podem se isentar da determinação espacial. Pois cada formação econômica tem além das determinações oriundas do modo de produção dominante um conjunto de características particulares constituídas histórica e geograficamente, contribuindo assim tempo e espaço para sua configuração concreta.

Dessa maneira, além do componente mais geral, universal, do modo de produção, cada formação tem seu desenvolvimento econômico determinado também pelas dinâmicas territoriais.

Apesar do senso comum e muitas vezes até analistas no debate público avaliarem que as dinâmicas internas do desenvolvimento de cada país dizem respeito prioritariamente aos seus elementos endógenos, esta afirmação que é questionável de um ponto de vista geral, é particularmente equivocada do ponto de vista das formações do capitalismo periférico.

As relações de poder, subordinação e dependência externa são fundamentais na explicação do devir histórico e geográfico de países como o Brasil, que se integraram aos centros mundiais de acumulação desde seu advento como nação, de forma subalterna. Diante disso, coloca-se como fundamental para compreensão das relações das potências capitalistas com as iniciativas de desenvolvimento autóctone na periferia o conceito de imperialismo.

Os precedentes dos aspectos econômicos dessa discussão sobre a relação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia, no pensamento original de Marx foram abordados por Rosdolski (2001, p.257-258) e são parte dos fundamentos do pensamento do revolucionário alemão, ainda que não tenham sido desenvolvidos a contento. Os livros sobre o comércio exterior e o mercado mundial nunca saíram do papel mas as menções e o tratamento dispensado em diversos capítulos de sua mais importante obra (os três tomos de O capital) deixam claro que o tema era de grande importância para a compreensão da totalidade concreta do capitalismo (Rosdolski, 2001, p 36-37).



No entanto, a partir da base teórica erguida por Marx, diversos marxistas estudaram profundamente o tema e acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, que cada vez mais relevância dava ao papel da expansão dos capitais para muito além das fronteiras nacionais, a teoria do imperialismo surge como a análise dessa “fase superior” do capitalismo, como apontado por Lênin (1977).

O marxista austríaco Rudolf Hilferding (1985) apontava no seu livro seminal, que foi importante base dos estudos de Lênin sobre o Imperialismo, que uma das características da época do capital financeiro é a disputa dos estados nacionais capitalistas pelo maior território econômico possível de forma a possibilitar importantes contratendências às dinâmicas internas de baixa do lucro e desproporcionalidade que são imanentes ao modo de produção capitalista e motivos basilares de suas crises periódicas. A disputa por esses territórios econômicos seria a base para a disputa imperialista pela divisão do globo e para a política de guerra das grandes potências, tão bem exposta por Lênin em "O imperialismo".

Hilferding (1985, p. 306) aponta de forma objetiva:

“Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais.”

Os territórios dominados teriam sua dinâmica de desenvolvimento ditada pelos centros imperialistas e dessa maneira sujeita as suas necessidades. A dinâmica concreta partia, na acepção de Hilferding, da monopolização do capital nos países do centro capitalista. Tal monopolização, por vezes dominando todos os estágios da cadeia produtiva, receberia via Estado nacional, medidas protecionistas que possibilitavam o auferimento de um lucro de monopólio no interior do país. Tal lucro de monopólio era base para expansão do território econômico da empresa monopolista, pois tornava possível a venda de seus produtos abaixo do preço de produção no mercado mundial. Estes territórios seriam fundamentais para o monopólio pois possibilitariam também a exportação de capitais, não só mercadorias, de forma a se aproveitar das diferentes taxas de exploração do trabalho nos países dominados, bem como o acesso a matérias-primas em abundância (HILFERDING, 1985, p.298-299). Além disso, esses territórios eram local de aporte de Capital constante já defasado, muitas vezes adquirido com capital



emprestado pelos próprios países exportadores. A exportação de capital de empréstimo “mercado” para compra de mercadorias em geral (não só maquinarias e equipamentos para produção) também se configurando como prática comum no processo de enredamento dos países explorados em uma teia de dependência (HILFERDING, 1985, p.262-263, p.304)

Todas essas determinações agiriam no sentido de protelar o ciclo econômico e aplinar os efeitos da depressão no centro. As desproporcionalidades internas entre os diversos ramos e setores da economia capitalista ganham um mais amplo escopo para se espriar, com a exportação do capital sobrando atenuando a irracionalidade da economia capitalista na alocação de recursos (HILFERDING, 1985, p 293). A baixa na taxa de lucro pode ser protelada pelos lucros de monopólio auferidos em territórios cada vez maiores e pelas diferentes taxas de exploração presentes nas economias atrasadas (HILFERDING, 1985, p297). O primeiro elemento, referente à desproporcionalidade no centro do sistema, cumpre papel fundamental para compreendermos como as economias do centro determinam tendencialmente o ritmo e sentido do desenvolvimento das economias periféricas dentro dessa perspectiva.

Algumas abordagens mais recentes dentro da geografia, além de diminuir ou até negar a relevância do Imperialismo em sua acepção clássica, conforme estudado por Lênin e Rosa Luxemburgo (além de Hilferding, Bukharin e muitos outros à época) para compreender como o capitalismo sobrevive por meio da apropriação e uso do espaço (Harvey, 2009, p.77), acabam por dar novos nomes a fenômenos já analisados anteriormente no escopo da discussão marxista sobre o imperialismo.

David Harvey, por exemplo, não está em desacordo com Hilferding à respeito do papel central da desproporcionalidade na crise capitalista. Após uma atenta análise das condições que permitem a expansão da acumulação no livro 1 de O Capital vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e as possibilidades de equilíbrio apresentadas no livro 2 oriundas dos esquemas de reprodução de Marx, o geógrafo aponta:

De forma simples, as condições que permitem o equilíbrio ser alcançado no reino da produção contradizem as condições que permitem o equilíbrio ser alcançado no reino da troca. O capitalismo não pode estar em tal estado que possa satisfazer esses requerimentos conflitantes simultaneamente. (Harvey, 2006, p. 176)

No entanto, aquilo que Hilferding e Lenin consideravam como o movimento oriundo da expansão do território econômico do imperialismo para aplinar essas



contradições do centro é apresentado como um “ajuste espacial” ou “ordenação espaço-temporal” no trabalho de David Harvey (Harvey, 2006, p. 427). A neologia do autor acaba por desvincular a análise do tema do problema central em tela: a natureza imperialista desse ajuste. As ferrovias tanto analisadas por Lênin, eram sim formas de ajuste no espaço por meio de obras de infraestrutura, como apontado por Harvey, mas eram também a expressão concreta do Imperialismo e da subordinação das nações oprimidas pelas potências imperialistas.

Essa opção tem outras consequências no trabalho de Harvey, no que toca a colocar em baixo relevo as determinações oriundas de cada formação social em sua teoria do “ordenamento espacial”. No entanto, no que toca aos objetivos do nosso trabalho o que é fundamental observar é que o geógrafo inglês é caudatário da concepção de território econômico do imperialismo do marxista alemão para forjar seu arcabouço conceitual.

A partir de outro ponto de vista, os teóricos marxistas da dependência latino americanos vão pontuar que o que caracteriza de forma mais central a formação econômica do capitalismo dependente, além do excedente de força de trabalho (campo para o surgimento da assim chamada "superexploração do trabalho") é que a sua base de acumulação depende da constante aquisição de países do centro do sistema do capital constante, em especial do capital fixo de mais alto nível tecnológico, para renovação e manutenção de seus departamentos I (MARINI, 2011, p166-167; LUCE, 2018, p.130).

Ou seja: a produção de meios de produção na periferia do sistema não ser realizada de forma autóctone é um dos elementos centrais para manutenção da dominação imperialista nestes países, dominação que obviamente tem sua expressão política. Essa problemática é muito abordada nos diversos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), não sendo circunscrita aos mesmos, e seria uma chave de interpretação possível para compreender em grande medida a situação dos países da América Latina em relação a seus déficits em conta corrente, posto que os componentes e equipamentos de Capital Constante importando para o D1 desses países vem na maior parte das vezes como capital e não como mercadoria, seja por empréstimos, seja por investimentos diretos de capital (LUCE, 2018, p.57-67). A posição subalterna obviamente não surge dessa relação que é expressão já de um capitalismo relativamente maduro, mas seria essa a chave da sua perpetuação. Tal abordagem por vezes peca por



não conseguir explicar os períodos de desenvolvimento na América Latina em geral e no Brasil em particular a contento, podendo ser caracterizada como estagnacionista (MAMIGONIAN, 2000), mas dá alguns elementos para compreender a nossa situação e dialoga com a compreensão de Hilferding à respeito do papel que as nações periféricas cumpririam dentro do território econômico do imperialismo.

Podemos dar um passo adiante além da caracterização de estagnacionista nesta concepção e colocar em primeiro plano a forma como a mesma dialoga com a teoria do Imperialismo a partir do referencial de Hilferding e, principalmente, suas lacunas nesse diálogo. Como já apontado acima, o marxista alemão pontuou o papel dos centros imperialistas na determinação do desenvolvimento das nações periféricas subordinadas ao seu território econômico. Assim como a teoria do ajuste espacial de Harvey, a análise dos teóricos da dependência sobre a exportação de capital é caudatária da formulação de Hilferding.

No entanto uma análise mais detida da formulação do autor indica que o fato causador da exportação de capital, as crises do capital que possuem na desproporcionalidade e na baixa da taxa de lucro elementos centrais, possuem um caráter cíclico:

Todo ciclo industrial começa com uma expansão da produção, cujas causas variam de acordo com os momentos históricos concretos em particular, mas que geralmente podem ser atribuídas à abertura de novos mercados, **surgimento de novos ramos de produção, introdução de nova tecnologia**, necessidade crescente devido ao aumento da população.

/.../

Assim o ciclo começa com **a renovação e crescimento do capital fixo**, que constituem a base principal da prosperidade incipiente, durante a qual continuam as ampliações simultaneamente com o maior esforço de todas as forças produtivas existentes. (Hilferding, 1985, p246, grifos nossos)

Essa renovação e crescimento do capital fixo tem um papel central na desproporcionalidade:

A alteração da composição orgânica do capital que, em última instância, provoca a queda da taxa de lucro, será maior onde maior for o emprego da maquinaria, do capital fixo, **abstraindo das revoluções tecnológicas** e considerando, de imediato somente a média da constante mudança técnica. /.../

Com a evolução da produção capitalista, cresce o volume do capital fixo e, de mãos dadas com esse crescimento, vai uma diferenciação crescente das diversas indústrias, com relação ao volume de capital fixo aplicado.

Contudo quanto maior o volume do capital fixo, tanto mais longo o tempo necessário para produzir novos investimentos, ... quanto mais longo for o tempo de reinvestimento tanto



mais difícil será a adaptação às necessidades do consumo; quanto mais longe a oferta fica atrás da procura, tanto mais acentuadamente sobem os preços e tanto mais generalizada será a tendência a acumular em tais indústrias. (Hilferding, 1985, p 249)

Tal processo acarreta alta acumulação nos setores de maior composição orgânica de capital em comparação aos de composição inferior, sendo tal heterogeneidade na composição base para a desproporcionalidade na formação de preços (Hilferding, 1985, p250). A partir daí a desproporcionalidade se espalharia para o conjunto da economia capitalista, acarretando a necessidade de exportação de capital como uma das medidas para aplinar a crise conforme exposto acima. É relevante observar que Hilferding, em sua análise da crise, faz questão de abstrair o impacto das revoluções tecnológicas, conforme trecho grifado acima, tal demarcação deixa claro que o autor não era alheio ao fato que as revoluções tecnológicas teriam impacto diferenciado na dinâmica dos ciclos. Retornaremos a este ponto à frente.

A abordagem específica dentro da TMD a respeito da teoria das crises cíclicas fugiria do escopo do nosso trabalho, no entanto nos parece importante salientar que são **os impactos que as fases de tais ciclos tem** nas economias periféricas que estão ausentes da formulação dessa escola de pensamento.

Dessa maneira, é importante o resgate desse legado presente nos primeiros teóricos do imperialismo não só para compreender o próprio Imperialismo, mas também para compreender a forma como o mesmo determina as formações sociais da periferia. É fundamental fazê-lo sem abrir mão do “bom senso nacional”². Como elemento importante dentre essas determinações que merecem análise destacamos os impactos da, já apontada acima, maneira como as nações do centro determinam a demanda das nações periféricas.

A determinação apontada acima, conforme a exposição de Hilferding, ajuda a compreender os fundamentos econômicos dessa dinâmica imposta aos territórios econômicos subordinados ao imperialismo, sugerindo uma original apreensão de como essa dinâmica se vincula aos ciclos de acumulação do centro. Dentro desse contexto,

² A expressão “bom senso nacional” aí utilizada remete à ideia resgatada por Rangel (2012 [1957], p 288) do pensamento do Barão de Mauá, no sentido de adaptar determinada teoria produzida nos centros dinâmicos às condições específicas da nação: “Admitir um bom senso nacional é admitir implicitamente uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral. É admitir que o homem varia em seu ser e em sua consciência social segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce. É admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo”. Impossível não traçar paralelo com a visão leninista de formação social vista através das lentes do professor Milton Santos.



outra linha de pensamento que se dedicou a estudar os impactos dos centros dinâmicos de acumulação na formação periférica deu lugar central aos ciclos da economia capitalista na sua formulação. Aquela inaugurada pelo maranhense Ignácio Rangel.

É certo que tal concepção de ciclo de Hilferding, se comparada com a teoria dos ciclos esposada por Rangel, está mais próxima aos assim chamados ciclos médios do que aos ciclos longos, os quais na concepção rangeliana são prioridade para explicar a dinâmica subjacente à estrutura das formações sociais da periferia em suas respostas aos obstáculos e possibilidades de desenvolvimento. Chama a atenção a similaridade na análise de Rangel com o esquema proposto por Hilferding:

O Brasil nasceu como uma formação periférica da economia capitalista, que se desenvolvia na Europa ao tempo da descoberta. As flutuações dessa refletiam-se sobre nossa própria economia, através do fluxo e do refluxo do comércio exterior ora exigindo de nós maior participação no esquema universal de divisão do trabalho, levando-nos a ajustar-nos a um grau relativamente elevado de participação ou de abertura da economia, ora forçando-nos a uma maior medida de auto-suficiência, isto é, de autarcia ou fechamento da economia. (Rangel, 1983, p.35)

Mais adiante, comentando especificamente sobre o caráter dessa influência na formação periférica, Rangel aponta:

O ciclo longo é, como vimos, um fenômeno exógeno a economia brasileira, porque é algo que se engendra no centro dinâmico da economia mundial, isto é, aí onde se podem sintetizar as revoluções científico técnicas. Nossas economias periféricas tomam conhecimento dos ciclos longos quando são, alternativamente, confrontadas com a elevação da capacidade para importar e com a melhoria dos seus termos de intercâmbio com o Centro — nas fases ascendentes do ciclo — e com a queda da capacidade para importar, conseqüente da queda da demanda externa de nossos produtos, acompanhada de piora dos termos do intercâmbio, nas "fases b" ou recessivas. (Rangel, 1983, p.38)

Os ciclos Juglar-Marx do centro dinâmico, para Rangel, teriam muito mais impacto nas economias periféricas como ecos do ciclo longo, amenizando ou agravando aspectos do mesmo. A partir do momento que tivessem internalizado a gestação de seus próprios ciclos médios, estes passariam a determinar dinâmicas de forma independente inclusive dos ciclos Juglar do centro, ainda que conscritos dentro da dinâmica geral dos ciclos longos, tendo em suas fases descendentes expressivos impactos institucionais nestas formações sociais (Rangel, 1983, p.36).

Já o caso dos ciclos longos, expressavam para Rangel mudanças profundas, vinculadas à revoluções tecnocientíficas e à substituição do capital fixo antigo por um novo no conjunto da economia dada a obsolescência daquele instalado diante das inovações (Rangel, 1983, p.33).

Dentro dessa perspectiva, é relevante a observação de Rangel:



...os ciclos longos são algo que reflete, no organismo econômico, mudanças ocorridas no campo das forças produtivas, ao passo que o ciclo médio refletiria, no essencial, alterações verificadas, *sob o acicarte da crise*, no campo das relações de produção. (Rangel, 1983, p.31)

A abordagem de Rangel dá uma satisfatória explicação, ausente como vimos na teoria de Hilferding, do impacto das revoluções tecnológicas no ciclo econômico e como isso influencia a formação social periférica. Coadunar ambas as abordagens é, portanto, fortuito no sentido de melhor compreender os impactos do território econômico do imperialismo em nossa formação social.

Um pequeno exemplo corrente pode ser dado da forma como ambas as teorias dialogam no concreto: Está claro que no momento presente a tecnologia 5G representa um novo patamar no desenvolvimento das forças produtivas. Se tal desenvolvimento está vinculado à uma nova revolução tecnológica ou apenas avanços dentro de um mesmo paradigma ainda está por ser esclarecido em futuros estudos por pesquisadores da área. No entanto é nítido que a tecnologia 5G está no centro de uma disputa pela manutenção do território econômico estadunidense na América Latina. A forma como se vinculam a inovação tecnológica, disputa geopolítica e assédio imperialista é sinal claro de que o diálogo entre ambas as abordagens teóricas é salutar. A história recente do ocaso da indústria acessória à produção de petróleo no Brasil, cuja demanda foi aditivada por leis de conteúdo nacional e investimento programado a partir do Estado, que foi desbaratada por uma aliança de setores do empresariado, classe média e imperialismo também aponta para o mesmo sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um de seus primeiros trabalhos na CEPAL, Ignacio Rangel pontuou que o problema da demanda não seria de possível solução via intervenção direta do estado devido à resistência das classes proprietárias, relegando ao estado maneiras indiretas e menos efetivas de solucionar a questão do desenvolvimento (Rangel, 2012[1954], p.60). Tal solução só seria viável por meio de uma revolução que quebrasse essa resistência. Essa situação é mais identificável ainda na América Latina e em outras formações periféricas onde é constante a reincidência de suas classes dominantes em se aliar a interesses externos em detrimento dos interesses nacionais. A base interna para a



ausência de soberania é óbvia em um conjunto de classes dominantes que se propõe a reiteradamente cumprir o papel de títeres dos interesses imperialistas na história da América Latina. No entanto, o estudo da base econômica desse fenômeno à partir das lentes do materialismo histórico, possibilita uma apreensão mais apurada do problema, suas contradições internas e o seu devir.

A análise do Imperialismo à partir da compreensão do território econômico, conforme indicado por Hilferding e demais autores do período se confirma como elemento fundamental, a partir de diversas perspectivas de análise dentro do campo do materialismo histórico percorridas, para compreensão do desenvolvimento das formações sociais periféricas, sendo contribuição valiosa para a geografia em seus estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

GERMER, Claus Magno. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, IFCH, Unicamp, Campinas, n. 29, 2009, p. 75-95;

_____. As tendências de longo prazo da economia capitalista e a transição para o socialismo, em: *Marxismo & Ciências Humanas : leituras sobre o capitalismo num contexto de crise; ensaios em comemoração aos 15 anos de Crítica Marxista*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná/Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2011;

_____. O método materialista dialético da economia política. *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, Niterói, 12 a 15 de junho de 2018, ISSN 2177-8345. 28 p. Disponível em <<http://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/12.pdf>> acesso em 13 de dez 2020;

HARVEY, David. *The limits to capital*, Nova Iorque – Londres, Verso, 2006;

_____. *O novo imperialismo*, Edições Loyola, São Paulo, 2009;

LENIN, Vladimir. *O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, em: *Obras Escolhidas em Três Tomos - 3*, Lisboa/Moscou: Edições Avante!, Edições Progresso, 1977;



Kvangraven, I.H. An Anti-Imperialist Call for Debt Justice, Blue Print : Progressive International, 2020 disponível em <<https://progressive.international/blueprint/6b6b1b08-9fca-4c57-bee7-40a54ca0b5f1-kvangraven-an-anti-imperialist-call-for-debt-justice/en>> acesso em 14 de dez de 2020;

LUCE, Mathias Sebel. Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular. 2018;

MAMIGOMIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. GEOSUL Florianópolis : UFSC, Ano II N. 2 – Maio de 2000;

MARINI. Ruy Mauro. A Dialética da Dependência, em : Traspadini, R. e Stedile J.P. (org): “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, São Paulo: Expressão Popular, 2011;

PRASHAD, Vijay. As balas de Washington, Uma história da CIA, Golpes e Assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020;

RANGEL, Ignácio. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil, em: Ensaio FEE, Porto Alegre, 3(2):31-42, 1983;

_____. O desenvolvimento econômico no Brasil, em: Obras reunidas em 2 volumes, volume 1 São Paulo: Editora contraponto, [1954]2012;

_____. A dualidade básica da economia brasileira, em: Obras reunidas em 2 volumes, volume 1 São Paulo: Editora contraponto, [1957]2012;

ROSDOLSKI, Roman. Gênese e Estrutura de O capital de Karl Marx. São Paulo: Contraponto, 2001;



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.

Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.